

do Município de Ananindeua

Assunto : Aposentadoria

Relator : Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares)

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 30/01/2015. Robson Figueiredo do Carmo Secretário Geral

Protocolo 792221

PUBLICAÇÃO DE ATOS

RESOLUÇÃO Nº 11.487, DE 13/05/2014

Processo nº 200003336-00

Origem: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia

Assunto: Prestação de Contas de 1999

Responsável: João Alberto de Souza Branco

Relator: Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. Exercício de 1999.

Aprovação com ressalva.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, a aprovação com ressalva das Contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 1999, de responsabilidade de João Alberto de Souza Branco.

***RESOLUÇÃO Nº 11.596, DE 09/09/2014**

PROCESSO: 201400014-00

ORIGEM: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM FACE DA RESOLUÇÃO Nº 11.169/2013

RECORRENTE: Antonio Carvellii Filho

RELATOR: Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia. Exercício financeiro de 2006. Recurso de Reconsideração em face da RESOLUÇÃO Nº 11.169/2013. Provimento parcial. Aprovação com ressalva. Multa.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará por votação unânime.

Decisão:

I - CONHECER do Recurso de Reconsideração;

II - No mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL para reformando a decisão recorrida, recomendando a Câmara Municipal, a emissão de parecer prévio favorável pela APROVAÇÃO COM RESSALVA das contas, exercício financeiro 2006, de responsabilidade de ANTONIO CARVELLI FILHO, da Prefeitura Municipal de SANTANA DO ARAGUAIA, em face da remessa intempestiva de processo licitatório, permanecendo a multa, reduzindo-a para R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

*Republicada por ter saído com incorreção no dia 13 de novembro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.671, DE 13/11/2014

Processo nº 600012005-00

Origem: Prefeitura Municipal de Prainha

Assunto: Prestação de Contas de 2005

Responsável: Joaquim Vieira Nunes

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. PM de Prainha. Exercício de 2005. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 378 a 384 dos autos.

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Prainha, a não aprovação das contas do Executivo, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Joaquim Vieira Nunes, pelas seguintes irregularidades:

- 1) Descumprimento dos Artigos 19, III e 20, III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000;
- 2) Descumprimento do Art. 212, da Constituição Federal;
- 3) Não comprovação da regularidade no pagamento da remuneração do Vice-Prefeito;
- 4) Ausência de processos licitatórios discriminados no relatório;
- 5) Processos licitatórios com pendências/irregularidades conforme relacionado às fls. 246/360;

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.673, DE 18/11/2014

Processo nº 750012010-00

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim

Assunto: Prestação de Contas de Governo de 2010

Responsável: José Cristiano Martins Nunes

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas de Governo. Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim. Exercício de 2010. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Multa. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 728 a 730 dos autos.

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de São Domingos do Capim, a não aprovação das contas de governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. José Cristiano Martins Nunes, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descumprimento dos Art. 22, da Lei nº 11.494/97 (FUNDEB) e do Art. 20, III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000 (gastos com pessoal do Executivo), nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA;

II - Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.674, DE 18/11/2014

Processo nº 200811753-00

Assunto: Recurso de Revisão

Órgão: Prefeitura Municipal de Benevides

Recorrente: José Clodomir de Melo Begot

Procurador/Advogado: Sidnei Rodrigues (OAB-PA 1795-A)

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: RECURSO DE REVISÃO COM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES. EXERCÍCIO 2008. CONHECER DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECER DO RECURSO DE REVISÃO. NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE ADMISSIBILIDADE DA LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO TCM/PA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do RECURSO DE REVISÃO COM AGRAVO DE INSTRUMENTO (fls. 01/09), com amparo no Art. 65, da LC nº 025/94, contra a Resolução nº 8.966, de 27.03.08 (fls. 07/08), publicada no D.O.E., de 13.06.08, que, após julgamento do Recurso de Reconsideração interposto contra a Resolução nº 6.677/2002, dando-lhe provimento parcial, manteve a decisão deste TCM-PA, pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a não aprovação das contas daquela Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 1995, bem como determinando recolhimentos e multa fixada na pretérita decisão, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.

Decisão: Conhecer do agravo de instrumento e negar conhecimento ao Recurso de Revisão interposto, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 231-236, mantendo-se integralmente a decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 8.966, para emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Benevides, a não aprovação das contas prestadas por José Clodomir de Melo Begot, exercício financeiro de 2008.

Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.679, DE 25/11/2014

Processo nº 1350012001-00

Origem: Prefeitura Municipal de Curuá

Assunto: Prestação de Contas de 2001

Responsável: José Antonio Fausto da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Curuá. Exercício de 2001. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 200 a 211 dos autos, que passam a integrar esta decisão:

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Curuá, a não aprovação das contas da Prefeitura, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. José Antonio Fausto da Silva, por estarem irregulares;

II - Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.680, DE 25/11/2014

Processo nº 920012007-00

Origem: Prefeitura Municipal de Dom Eliseu

Assunto: Prestação de Contas de 2007

Responsável: Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Dom Eliseu. Exercício de 2007. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Recolhimentos. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 155 a 159 dos autos.

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Dom Eliseu, a não aprovação das contas da Prefeitura, exercício

de 2007, de responsabilidade do Sr. Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho, por estarem irregulares, devendo referido Ordenador recolher, aos cofres públicos municipais, no prazo de trinta dias, os seguintes valores, devidamente atualizados:

a) R\$-60.932,07 (sessenta mil, novecentos e trinta e dois reais e sete centavos), referente ao lançamento da conta Agente Ordenador;

b) R\$-42.000,00 (quarenta e dois mil reais), referente ao pagamento irregular de subsídios ao gestor municipal;

II - Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.683, DE 02/12/2014

Processo nº 1330012007-00

Origem: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Pirí

Assunto: Prestação de Contas de 2007

Responsável: Albenor Bezerra Pontes

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Pirí. Exercício de 2007. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 109 a 114 dos autos.

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Cachoeira do Pirí, a não aprovação das contas da Prefeitura, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, por estarem irregulares;

II - Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.688, DE 04/12/2014

Processo nº 430012010-00

Origem: Prefeitura Municipal de Maracanã

Assunto: Prestação de Contas de Governo de 2010

Responsável: Agnaldo Machado dos Santos

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas de Governo. Prefeitura Municipal de Maracanã. Exercício de 2010. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 495 a 497 dos autos.

Decisão:

I - Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Maracanã, a não aprovação das contas de governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Agnaldo Machado dos Santos, pelo descumprimento do Art. 77, III, §3º, do ADCT (gastos com saúde) e Arts. 19, III e 20, III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000 (gastos com pessoal);

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

***RESOLUÇÃO Nº 11.701, DE 16/12/2014**

Processo nº 201406054-00

Origem: Câmara Municipal de Belém

Assunto: Revisão da Orientação Técnica nº 01/2012, referente a inclusão da COSIP na base de cálculo do repasse à Câmara Municipal

Responsável: Paulo Alberto Santos de Queiroz

Relator do voto vencedor: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: C.M. de Belém. Revisão da Orientação Técnica nº 01/2012. Considerar legítima a inclusão da COSIP.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por maioria de votos, vencido o Conselheiro Aloísio Chaves, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do voto do Conselheiro Daniel Lavareda.

Decisão: em considerar legítima a inclusão da COSIP como parte integrante da receita para efeito de composição da base de cálculo do duodécimo ao Legislativo Municipal. O presente entendimento deve ser aplicado unicamente ao município de Belém, dada a existência de permissivo legal municipal atinente a matéria.

*Republicada por ter saído com incorreção no dia 27 de janeiro de 2015.

RESOLUÇÃO Nº 11.706, DE 16/12/2014

Processo nº 190012006-00

Origem: Prefeitura Municipal de Bujaru

Assunto: Prestação de contas de 2006

Responsável: Emanuel Nazareno de Sousa Muniz

Relator: Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: P.M. de Bujaru. Exercício de 2006. Prestação de contas. Parecer Prévio pela aprovação com ressalva. Aplicação de multas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: em emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara